



OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

¹ *Ângela Maria de Sousa Lima*

RESUMO

O artigo que segue faz uma discussão a respeito da relação trabalho e globalização. Para tanto, perpassa, rapidamente, pelo debate das mudanças no mundo do trabalho, pela centralidade do estudo do trabalho nas Ciências Sociais e pela análise de alguns impactos da globalização, sobretudo na esfera econômica, sobre esse mesmo trabalho. Um dos principais objetivos do texto está em demonstrar como a emergência da sociedade global e as modificações que esta tem provocado nas relações capitalistas de produção, principalmente no Brasil, têm levado as Ciências Sociais a repensarem suas análises em torno dessas problemáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Centralidade do Trabalho; Flexibilização; Terceirização; Crise Societária e Analítica.

ABSTRACT

This paper intends to discuss the relation between labor and globalization; therefore, it mentions the debate on the changes in the labor world, the centrality of labor study in social sciences, and also the analyses of some globalization impacts, mainly economic one, on such labor. One of the main goals of this paper is to demonstrate how the emergence of global society and the changes it has been provoking into capitalist relation of production, mainly in Brazil, have made the social sciences to think over their analyses related to these matters.

KEY-WORDS: Globalization; Centrality of Labor; Flexibility; Contractor; Societal and Analytical Crises.

¹ Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação (UEL). Mestre em Sociologia Política (UFPR). Doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP). Professora de Fundamentos Sócio-antropológicos da Educação, no Instituto Superior de Educação Mãe de Deus de Londrina.

E-mail: angellamaria@pop.com.br

INTRODUÇÃO

A globalização econômica evidenciou com mais intensidade os novos mecanismos ideológico-políticos e econômicos utilizados pelo capital para intensificar a produção e, ao mesmo tempo, sufocar a organização dos trabalhadores. Através de estratégias de retroalimentação do capital, tais como: a terceirização, a flexibilização, a informalidade, a busca por mão-de-obra barata, o controle de qualidade, entre outras, ela colaborou para o aumento da precarização, da exploração do trabalho e do trabalhador brasileiro.

Com o incremento da exportação, empresários de vários setores, vêm investindo em agilidade e aumento do volume de produção para poder atender à demanda externa. Para tanto, priorizam a automação, empregando cada vez menos pessoas, ou seja, investem em atividades de capital intensivo com poucos trabalhadores qualificados.

Isso nos leva a pensar que a globalização atinge inúmeras questões sociais, sobretudo aquelas que se referem ao trabalhador e ao trabalho, e mais, que a raiz dos principais problemas sociais vivenciados pelos mesmos tem sua origem no modo de produção capitalista que, apesar das crises e das retroalimentações sofridas, mantém inalterada a sua base exploratória. Porém, é possível pensar que há formas de intervenção político-social, cultural e econômica neste processo.

A atualidade da categoria trabalho

Com a influência maciça dos computadores e dos *softwares*, passamos a presenciar discursos que tentam provar que entramos, com a globalização, em um mundo onde não mais existirão trabalhadores. Peter Drucker (*apud*, BERTOLINO, 1997, p.20) ajuda a ilustrar bem a voz ideológica do empresariado nesse momento: “O desaparecimento da mão-de-obra como fator chave da produção emergirá como o crítico assunto pendente da sociedade capitalista.”

Sobre esse suposto fim do trabalho, FRIGOTTO afirma que o grau de extração da mais-valia continua voraz e o que se libera não é o tempo livre, mas tempo de desemprego, de trabalho precário e de aumento de sobranes. “Na tese do mercado auto-regulado há consumidores soberanos que livremente tomam suas decisões otimizadas. Na perspectiva do pós-modernismo, no limite, cada um é sua teoria, é sua utopia e é seu projeto histórico.” (2000, p.12).

Nesse sentido, também diz Antunes (*apud* BERTOLINO, 1997, p.19):

“Supor a generalização dessa tendência (a substituição da mão-de-obra por máquinas) sob o capitalismo contemporâneo – nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo – seria um enorme despropósito e acarretaria como consequência inevitável a própria destruição da economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação do capital. Não sendo nem consumidores, nem assalariados, os robôs não poderiam participar do mercado. A simples sobrevivência da economia capitalista estaria, desse modo, comprometida.”

Marx, em *O Capital*, (*apud* BERTOLINO, 1997, p.21) já havia previsto estas mudanças.

“Sob sua forma máquina [...] o meio de trabalho se torna imediatamente o concorrente do trabalhador. A máquina cria uma população supérflua, isto é, inútil para as necessidades momentâneas da exploração capitalista [...] em determinado grau de desenvolvimento, um progresso extraordinário na produção pode ser acompanhado de uma diminuição não só relativa como absoluta do número de operários empregados.”

MARX e ENGELS (1998) também já haviam demarcado, no Manifesto do Partido Comunista, que a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, e, por conseguinte, as relações de produção.

Portanto, diferente de como pontua Claus OFFE (1989) - de que a esfera do trabalho e da produção perdeu sua capacidade de estruturação e de organização, liderando, deste modo, novos campos de ação, marcados por novos atores e por uma nova racionalidade - a centralidade do trabalho e da produção ainda se constituiu em um fato sociológico fundamental para os sociólogos contemporâneos.

Não compartilhamos com OFFE (1989) da idéia de que o trabalho tem se tornado objetivamente disforme e subjetivamente periférico, e nem com a afirmação de que a cultura cognitiva não está mais relacionada primeiramente com o desenvolvimento das forças produtivas.

Da mesma forma, questionamos a teoria de Habermas quando descreve a dinâmica das sociedades modernas, não como um antagonismo enraizado na

esfera da produção, mas como uma colisão entre os subsistemas de ação racional-intencional, mediados pelo dinheiro e pelo poder, de um lado, e um mundo-da-vida-cotidiana, que resiste obstinadamente a estes sistemas, de outro. Em um outro grupo de análise, podemos citar, para fins de contestação, as teorias sociológicas de Foucault, de Touraine e de Gorz, de que a fábrica não é o centro de relações de dominação, nem o local dos mais importantes conflitos sociais; que os parâmetros sociais e econômicos do desenvolvimento social foram substituídos por uma autoprogramação da sociedade; e que, nas sociedades ocidentais, tornou-se altamente enganoso equiparar o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação humana.

A Sociologia de Gorz também parece não explicar as atuais mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Gorz considera, por exemplo, que o trabalho deixou, há muito tempo, de fazer parte da liberdade do homem ou da sua identificação com sua atividade e passou para o reino da necessidade. Na sua perspectiva, o *neoproletário* passou a ser determinado pelo trabalho que “...não pertence aos indivíduos que o executam e não é a sua atividade própria: pertence ao aparelho de produção social, é repartido e programado por esse aparelho e permanece externo aos indivíduos aos quais se impõe.” (GORZ, 1987, p.90).

Na visão do autor do presente ensaio, a libertação do proletário, difundida por Marx, torna-se impossível, pelo fato de o proletário pós-industrial não encontrar no trabalho social a fonte de seu poder possível como vê nele, a realidade do poder dos aparelhos e de seu próprio não-poder (GORZ, 1987, p.91). Nessa perspectiva, o trabalho, a cada dia, passa a ser exterior ao homem; aliena e inverte sua relação com o homem; ao invés de existir para o homem, o homem passa a existir a partir dele, tornando-se seu dependente e escravo.

Para GORZ, a evolução tecnológica não se apresenta como maneira de uma apropriação de produção social pelos produtores e, sim, caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informática (1987, p.91).

O trabalho produtivo não está em extinção e nem a classe trabalhadora (proletariado). É verdade que o trabalho passou por diversas metamorfoses. O trabalho, ao longo das décadas, se reorganiza e se readapta aos processos e modos de produção implantados pelo capitalismo, favorecendo sua manutenção.

Como explica ANDRADE FILHO, o trabalho é uma expressão fundante do homem. Pelo trabalho, o homem potencializa o caminho da humanização e projeta seu futuro em uma nova forma de sociabilidade. O autor investiga o trabalho como ação transformadora das realidades, em uma resposta aos desafios da natureza, relação dialética entre teoria e prática. Pelo trabalho, entende, “...o homem

se autoproduz, alterando sua visão de mundo e de si mesmo, do mundo econômico, político e social, com perspectivas éticas e direitos econômicos de humanização.” (1999, p.29).

São inúmeros os tipos atuais de trabalho a serem estudados. Do mesmo modo, novas condições de trabalho vão sendo definidas e instituídas por intermédio do desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com os interesses econômico-políticos. O significado do trabalho apresenta seus termos impostos por determinado tipo de produção. Como mostra ANTUNES (2002), o trabalho demonstra hoje formas contemporâneas de vigência, nova configuração de classe trabalhadora, inovadas formas de interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre o sistema fabril e de serviços, entre as laborativas e de concepção e entre o conhecimento científico.

Continua sendo fenômeno pertinente às Ciências Sociais a centralidade do mundo do trabalho e a positividade do trabalho na vida humana, apesar das profundas mudanças que ocorrem em seu conteúdo, divisão e relação, ao longo do processo produtivo do sistema capitalista.

Parece não ter ocorrido ainda a tão propagada substituição do trabalho pela ciência, ou a substituição da produção de mercadorias pela esfera da comunicação, da informação. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível são respostas dadas pelo capitalismo para tentar sanar as crises por ele mesmo geradas. São conseqüências dessa retroalimentação do capital: o aumento da exploração e da jornada de trabalho, o desemprego estrutural, o trabalho precarizado e a preocupação extremada com a produção de mercadorias, degradando cada dia mais a relação entre o homem e a natureza (ANTUNES, 2002).

A nova lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca pela produtividade em um processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e o aumento monumental do exército industrial de reserva. Vivemos atualmente diante de um quadro crítico no que diz respeito ao mundo do trabalho e à lógica do capital, caracterizando, entre outros problemas, formas concretas de (des)socialização humana e de fetichização das formas de representações vigentes (Idem, 2002, p.16).

Como bem mostra ANTUNES (1996), a crise da sociedade do trabalho abstrato, que cria valores de troca, não pode ser entendida como a crise que inviabiliza o trabalho como fonte primeira, ponto de partida de uma sociedade emancipada.

Pensamos que o trabalho, como também afirma CASTEL, continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicológica, cultural e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm (1998, p.578).

Neoliberalismo, globalização e algumas mudanças no mundo do trabalho

Nossa intenção metodológica é repensar, neste item, alguns dos impactos da globalização e do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho. Sabemos, porém, que, nesta brevíssima retomada histórico-sociológica, sacrificaremos a análise sobre as transformações no mundo do trabalho, que se efetuam no processo de mudanças, por exemplo, do sistema fordista norte-americano ao pós-toyotismo japonês.

Para iniciá-lo, lembramos que, em face da crise enfrentada pelo modo de produção capitalista, no final do século XX, a política neoliberal desponta de forma a defender leis estritamente mercadológicas, acenando com o fim do Estado de Bem-Estar-Social, da estabilidade de emprego, com o nascimento do Estado Mínimo, com o corte abrupto das despesas previdenciárias e gastos em geral com as políticas sociais (SILVA, 2002, p.42).

Fundamental, mas não unívoca, a tese neoliberal funda-se em algumas posturas de ação, tais como: a retirada do Estado da economia; a idéia do Estado Mínimo; a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (FRIGOTTO, 2000, p.80).

Nesse contexto, o Estado assume um papel abstencionista, a burguesia monopolista é favorecida, o Estado reduzido cede espaço para as empresas multinacionais e estas passam a exercer um controle sem paralelo sobre os recursos globais, a mão-de-obra e os mercados (RIFKIN, 1995).

Segundo TOLEDO (1997, p.84), o neoliberalismo existente não é senão o Estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra, implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial, também nos gastos sociais, descontando sobre os trabalhadores os custos das crises. A política neoliberal adotada pelo sistema capitalista apresenta a economia como válvula mestra da vida humana, estabelecendo valores e necessidades independentemente do caráter, de modo a determinar a identidade social e, principalmente, pessoal do homem.

Novamente são processadas mudanças na identidade pessoal do *novo tipo de trabalhador* que se quer constituir. Esse processo "...mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida." (HARVEY, 1992, p.307).

É nesse quadro, totalmente opressor para o trabalhador, que, a partir dos anos 80, passamos a vivenciar uma flexibilização ainda maior da produção. O

termo globalização relaciona-se agora a um fenômeno econômico que apresenta a imagem de uma única economia, de um único interesse. Em seu nome, "...a movimentação internacional dos capitais é liberada, o setor público produtivo é privatizado ou desmantelado e a política monetária prioriza a estabilidade dos preços em detrimento do crescimento econômico." (SINGER, 2000, p.119).

Segundo Singer, o excesso de oferta de força de trabalho solapa nesse momento as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Com a introdução da tecnologia no mundo do trabalho, várias alterações se efetivam ao longo do processo mediante relações de produção, possibilitando que uma nova ordem social se promova e adentre na vida da sociedade. A tecnologia favorece a reconfiguração de valores pessoais e estruturais da sociedade.

A tecnologia e a ciência escondem as relações sociais que as produzem, impondo um novo tipo de organização do trabalho. Traçando um paralelo entre as primeiras tecnologias industriais e as novas, baseadas no computador, pode-se afirmar que ambas substituíram parcialmente o trabalhador, quer trocando sua força muscular por máquinas, quer substituindo a própria mente humana, colocando máquinas "inteligentes" no lugar dos seres humanos em toda a escala de atividade econômica (RIFKIN, 1995, p.5).

A categoria *não-trabalho* surge no momento em que passa a se fazer presente o desemprego tecnológico. A eliminação de várias frentes de trabalho e sua não-substituição é um dos resultados do avanço tecnológico. Nesse quadro determinado por questões econômicas e políticas, apenas quem possui qualificação profissional consegue espaço de atuação, mesmo lembrando que esse mercado não garante trabalho para todos aqueles que aderem à capacitação e flexibilização dos conhecimentos. Nesse contexto, conceitos como globalização, flexibilização, reengenharia, nova gestão, qualidade total, trabalho enriquecido, ciclos de controle de qualidade se traduzem por métodos que buscam otimizar tempo, espaço, energia, matéria e trabalho vivo, proporcionando o aumento da produtividade, a qualidade dos produtos.

Em relação à qualidade total, ela apresenta como princípios a negação da durabilidade das mercadorias, pela redução da vida dos produtos, favorecendo o desperdício e a destrutividade. O processo de qualidade total é um processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2002, p.53).

Esse projeto de recuperação da hegemonia atinge as mais diversas esferas da sociabilidade, exacerbando o individualismo contra as formas de solidariedade e atuação coletiva e social, ocultando a dominação política. Como bem mostra



DIAS (1999, p.80), nas formações sociais capitalistas, a naturalidade aparente do econômico oculta a dominação política e impede que as classes subalternas tomem consciência desse processo e realizam a construção de sua identidade, de seus projetos. Segundo o mesmo autor, no campo de forças do Estado burguês, todo o jogo aparece como se dando entre indivíduos genéricos, abstratos, sem historicidade. O ocultamento da dominação política é uma necessidade objetiva. Assim, a aparência da liberdade individual é fundamental para a fluidez da forma de dominação, o que torna possível apresentar a liberdade de uma classe como sendo a de todas as demais. Continua o autor, pela supressão máxima da liberdade (compra-venda de força de trabalho = exploração), cria-se a individualidade política, permitindo o ocultamento da opressão (construção do consenso). Afinal, como nos leva a pensar Dias, a liberdade de mercado, sob o capitalismo, é uma aparência necessária.

Com a liberalização dos processos de relações políticas e industriais, durante o final da década de 80, nas fábricas brasileiras podemos observar a introdução de um modelo de produção “mais desenvolvido”, a expressão *just-in-time* taylorizado chega a ser usada por alguns para descrever uma fábrica parcialmente modernizada em que aos trabalhadores eram dadas novas tarefas, mas dentro das quais eles continuavam sob condições altamente monitorizadas e pressionadas (HUMPHREY, 1993, p.255 e 256).

Os estudos sobre o processo de exploração do e no trabalho, têm sido enriquecidos por diversos recortes e abordagens no sentido de explicitar os mais variados elementos que interferiram e interferem nesse processo, não só no Brasil, mas em diversos países no mundo. Mas partimos da premissa de que, por mais que visualizemos significativos impactos da globalização sobre o mundo do trabalho, continua viva, para nós, a defesa do pressuposto de que este fenômeno (trabalho) continua sendo central às Ciências Sociais.

A título de ilustração, lembramos as pesquisas de HIRATA e PRETECEILLE (2002). Os autores discutem os principais modelos teóricos dos estudos sobre a reestruturação econômica na França e as formulações acerca da exclusão, precarização, flexibilização e insegurança no e do trabalho. Salientam que, apesar do crescimento do desemprego e da redução dos postos de trabalho, a maioria dos pesquisadores franceses reafirma a centralidade do trabalho que, mesmo ausente, continua a ser tomado como referência na construção das identidades sociais. Um dos pontos centrais destacados pelos autores é a “dupla transformação do trabalho aparentemente paradoxal”, ou seja, de uma parte, os modelos de organização exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outra, os vínculos empregatícios que se tornam cada vez mais precários e instáveis. Os autores des-



cobrem que, atrás desse paradoxo, há, na verdade, uma degradação das condições de trabalho e uma forte intensificação do trabalho, ocasionando sérios problemas à saúde, uma vez que o apelo ao subjetivismo e o envolvimento do trabalhador não o poupam de sofrer.

Na mesma linha de pensamento, há as pesquisas de FRANCO (2002). O autor reforça a tese de que se está longe o fim do trabalho e que o processo crescente de precarização das condições de trabalho decorre do excesso, e não da falta, de trabalho. Suas atenções se voltam, sobretudo, às pesquisas sobre o Karoshi (morte súbita por excesso de trabalho) no Japão.

Mesmo que a flexibilização e a precarização do trabalho sintetizem os diversos processos de transformações e de inovações no âmbito da organização do trabalho, das políticas de gestão e no campo de mercado de trabalho, como fenômenos que se mundializaram, tais fenômenos apresentam especificidades nacionais e, mesmo, regionais. As mudanças no mundo do trabalho, de forma mais abrangente, afetam as localidades, as organizações menores, a vida real dos trabalhadores envolvidos diferentemente, interferindo no processo real de trabalho, na nova sociabilidade, na identidade de classe, na nova solidariedade e na maior intensificação-exploração do trabalhador(a).

Nesse processo de retroalimentação, de inferência de novos valores (capitalistas) na subjetividade do trabalhador, gera-se, processualmente, uma sociabilidade desejável pelo capital.

O trabalhador passa a ter dificuldade hoje de se identificar enquanto classe, torna-se confuso entre empregado e empreendedor, entre trabalhador terceirizado e trabalhador permanente; já que emprega outras pessoas no fabricação doméstica, na maioria das vezes, seus próprios familiares e amigos e divide o ambiente de trabalho com colegas oriundos dos mais diferentes tipos de contrato. O mesmo passa a se alimentar com uma enganosa liberdade e autonomia, que esconde uma ideologia de exploração, com piores condições de trabalho, maior jornada, ausência de direitos, arduamente conseguidos pela luta de classes.

Um dado, para o Brasil, que nos ajuda a compreender os impactos da globalização no mundo do trabalho está no aumento da relação produtividade/exclusão do trabalhador no mercado de trabalho. Apesar de os dados não serem muito atuais, BERTOLINO (1997, p.19) nos dá uma idéia desses impactos. Como detalha o autor, de 1985 a 1990, a produtividade na indústria nacional andou para trás ao ritmo de 0,4% ao ano. Em compensação, de 1990 a 1995, segundo o IBGE, a produtividade aumentou em 49,5%. Em 1996, o aumento foi de 13,1%, em recorde histórico. O autor se pergunta: “Qual é a explicação para essa mudança brusca na capacidade de produção da força de trabalho brasileira?” Segundo ele, em primeiro lugar estão os investimentos em tecnologia, com a importação maci-

ça de máquinas e equipamentos dotados de alta capacidade tecnológica. A segunda explicação repousa nas técnicas de organização do trabalho. O envolvimento dos funcionários com a gestão da produção, proporcionou substanciais aumentos de produtividade, com redução de quadro. “O sistema de equipes de trabalho chega a ponto de trabalhar sem a figura do chefe imediato, com liberdade para fixar o ritmo da produção, contratar ou demitir colegas e discutir as melhorias no processo.”, ilustra o autor (Idem).

Outros dois motivos ajudam a explicar o aumento da produtividade, de acordo com BERTOLINO (1997, p.20): as horas extras e a terceirização. Existe também o fenômeno da “terceirização para fora”, quando uma empresa passa a trazer mais componentes do exterior, em vez de fabricá-los internamente. Aliás, qualquer que seja o fator, aumento da produtividade significa intensificação da exploração assalariada.

Como explica BERTOLINO (1997, p.20):

“As máquinas modernas por si só não são capazes de aumentar a produtividade. Elas obrigam os trabalhadores a acelerar a velocidade das operações. Com as novas técnicas de organização do trabalho, muitas vezes, os intervalos de paradas são eliminados. Além da energia muscular, o trabalhador é obrigado a uma concentração maior, o que ocasiona desgaste psicológico. A tensão emocional é constante e as doenças profissionais crescem assustadoramente. São novas formas de exploração assalariada.”

BERTOLINO (1997, p.20) demonstra que o aumento da produtividade não é um recurso novo do capital. A cooperação simples nas oficinas capitalistas nas quais o processo de trabalho realizava-se ainda com a técnica manual do artesão, a manufatura em que ainda predominava a técnica artesanal, mas já com a divisão do trabalho, e a grande indústria baseada no sistema de máquinas, já representavam três fases históricas fundamentais do desenvolvimento industrial para a elevação da produtividade. A substituição das máquinas a vapor por outras movidas a diesel e a eletricidade, combinadas com a adoção de técnicas tayloristas-fordistas, também elevaram a produtividade de forma extraordinária, acrescenta o autor.

Segundo BERTOLINO (1997, p.22), milhões de pessoas em todo o mundo já foram excluídas do mercado de trabalho formal. Por outro lado, o aumento de produtividade implica em aumento de renda. O problema está na forma como essa renda é apropriada e o ponto central não está no tamanho da classe operária, mas no seu papel histórico.

Com a globalização, caminhamos juntos com dois “monstros”, a exclusão e o poder da ideologia neoliberal, o primeiro, vítima do segundo. Para FRIGOTTO (2000, p.11), na forma específica que assume na virada do século, a globalização explícita, de um lado, uma espécie de vingança do capital contra a luta histórica dos trabalhadores, e suas vitórias parciais em barrar-lhe a violência; e, de outro, o aprofundamento da contradição entre o avanço extraordinário das forças produtivas e o caráter opaco das relações sociais.

Como mostra o autor, neste contexto, a ideologia neoliberal opera com uma força poderosa buscando, a um tempo, ocultar as contradições e construir um senso comum da via única e inevitável da nova (des)ordem mundial, tentando, a todo custo, minar a esperança de um projeto societário de caráter socialista.

E, neste contexto, vivemos, segundo FRIGOTTO (2000, p.11), uma crise societária;

“Por mais paradoxal que pareça, na base desta crise está fundamentalmente a crise do capital que, para manter-se e recuperar taxas históricas de exploração, desmantela, sob o ideário neoliberal da desregulamentação e privatização, os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, de forma assimétrica em diferentes partes do mundo, especialmente neste último século.”

Os mecanismos utilizados pelas empresas para sair das crises precisam ser contextualizados nos mecanismos usados pelo capital para se refazer a cada abalo econômico.

No Brasil, outro impacto da globalização sobre o trabalho, sem dúvida, está no fato da flexibilização ter *flexibilizado* também os direitos sociais, duramente conquistados pelas lutas dos trabalhadores. A expansão do mercado em escala mundial os atingiu, particularmente. Segundo RÚDIGER (2003, p.42), estamos diante de uma crise do direito do trabalho estreitamente ligada à desconstrução e à reorganização do trabalhador coletivo em escala mundial, com seus desdobramentos na esfera jurídica pelo esfrelamento do regramento da relação de emprego em múltiplas formas atípicas de normatização das relações de trabalho, um trabalho que é contratado no mercado mundial por meio de formas jurídicas diversificadas e flexíveis.

A autora lembra que a atual situação do mercado de trabalho é apenas aparentemente flexível e desregulamentada. Ocorre que a retirada do Estado como poder regulador do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos como representantes, inclusive jurídicos, dos trabalhadores, somente fortalecem o poder corporativo das grandes empresas. Através da tecnologia da informação, as

organizações empresariais conseguem controlar muito mais eficazmente a ação dos trabalhadores; propalam, então, uma falsa flexibilidade do trabalho.

Ao inserir-se no mercado global, o Estado brasileiro, especialmente a partir da Constituição de 1988, perde gradativamente seu monopólio de promulgar regras, o que leva a uma particularização e privatização da regulação jurídica, no que tange à questão dos direitos dos trabalhadores. As organizações das empresas, nos moldes da descentralização produtiva, faz com que as precárias relações de trabalho ganhem uma legitimidade que antes não possuíam. Segundo RÚDIGER (2003), coincidência ou não, a partir dos anos 1990, o discurso da flexibilidade no ajuste econômico tem seu correspondente no discurso jurídico da flexibilização do direito do trabalho, principalmente a partir do momento que as empresas passam a organizar, de forma sistemática, o emprego toyotista de mão-de-obra.

No campo científico, por mais que creiamos que o referencial teórico-político marxista é o que melhor responde, cientificamente e na prática, aos temas correlacionados ao capitalismo em curso, concordamos com FRIGOTTO (2000), quando aponta que, nesse período de crise societária, surge também uma crise das categorias de análise e dos referenciais teóricos, que buscam apreender esse movimento histórico.

Featherstone desafia a sociologia a “...teorizar e encontrar formas de investigação sistemática que ajudem a clarificar estes processos globalizantes e estas formas destrutivas de vida social que tornam problemático o que por muito tempo foi visto como objeto mais básico da sociologia: a sociedade concebida quase exclusivamente como o Estado-Nação bem delimitado.” (*apud* SANTOS, 2002, p.26).

Sobre essa crise de categoria de análise, argumenta IANNI (1994, p.147) dizendo que, no limiar do século XXI, as Ciências Sociais se defrontam com um desafio epistemológico novo. Segundo ele, pela primeira vez somos desafiados a pensar o mundo como uma sociedade global, ou seja, o pensamento científico, em suas produções mais notáveis, elaborado primordialmente com base na reflexão sobre a sociedade nacional, não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global, sociedade esta ainda não suficientemente reconhecida e decodificada.

Para IANNI (1994), a sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias e diferentes interpretações. Segundo ele, o conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as novas configurações de uma realidade que é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial e propriamente global, mesmo porque, como o próprio autor elucida, a sociedade global não é a mera extensão quantitativa e qualitativa da sociedade nacional.



Como mostra SANTOS (2002), olhando o processo de globalização, parece que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Por esta razão, as explicações monocausais e as interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas.

Sobre essa crise, que ocorre também nas explicações científicas sobre a sociedade nacional/mundial, explicita RÚDIGER (2003, p.43), “O problema central que o fenômeno da globalização coloca para as ciências sociais é a dissociação do conceito de sociedade do Estado nacional. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e das empresas multinacionais, as sociedades deixam de operar no contexto das relações intersocietárias para ser analisadas dentro de uma nova base de contextualização teórica.”

A fábrica global sugere uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo, além de todas as fronteiras, e subsumindo, formal ou realmente, todas as outras formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e da reprodução ampliada do capital. Toda a economia nacional, seja qual for, torna-se província da economia global. O modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global, e não apenas internacional ou multinacional. Assim, o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a reprodução ampliada do capital desenvolvem-se em escala mundial. É uma globalização que, progressiva e contraditoriamente, subsume real ou formalmente outras e diversas formas de organização das forças produtivas, envolvendo a produção material e espiritual (IANNI, 1994, p.12 e 13).

Ainda para o mesmo autor, a fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturada em jornais e outros veículos de comunicação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo, provoca a desterritorização e a re-territorização das coisas, gentes e idéias, promove o redimensionamento de espaços e tempos (IANNI, 1994, p.14).

“A fábrica global é tanto metáfora, quanto realidade, altamente determinada pelas exigências da reprodução ampliada do capital. No âmbito da globalização, revelam-se, às vezes, transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, forças produtivas e centros decisórios, alianças, estratégias e planejamentos de corporações, tecendo províncias, nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos.” (IANNI, 1994, p.12 e 13).

Esse momento de crise serve também para que a ideologia neoliberal aproveite para tentar firmar teses do fim do socialismo e emergência do pós-modernismo. RUMMERT (2000, p.15) fala que esse projeto neoliberal está tentando difundir um *ethos empresarial* para a sociedade. Diríamos, para alguns, um chamado projeto de modernidade, ou ainda, um projeto de pós-modernidade.

Em síntese, a globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal, cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia, novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual (Robinson, *apud* SANTOS, 2002, p.31), subordinação dos estados nacionais às agências multilaterais, tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio. Isso, sem contar que são os países periféricos e semiperiféricos os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa, através dos programas de ajustamento estrutural. Mas, dado o crescente predomínio da lógica financeira sobre a economia real, mesmo os estados centrais, cuja dívida pública tem vindo a aumentar, estão sujeitos às decisões das agências financeiras, ou seja, das empresas internacionalmente acreditadas para avaliar a situação financeira dos Estados e os conseqüentes riscos e oportunidades que eles oferecem aos investidores internacionais (SANTOS, 2002, p.31).

Considerações finais: repensando algumas propostas de intervenção

A bibliografia dedicada a pensar propostas de intervenção na relação trabalho/globalização é imensa. Não temos a pretensão de esgotá-la neste pequeno artigo. Uma proposta, porém, gostaríamos de destacar. Estamos nos referindo à obra “Para além do Capital”, de István Mészáros. Sabemos que o objetivo do grandioso estudo não é debater diretamente este fato; no entanto, relendo-o, ousamos retirar deste uma proposição de saída para os problemas que enxergamos na relação trabalho/globalização.

Para Mészáros, o capital só será extinto com o advento do sistema comunal de produção e consumo. Neste, deverá, efetivamente, desaparecer a divisão hierárquica do trabalho, de tal maneira que todos os agentes sociais gozarão de situação igualitária; assim, um novo sociometabolismo passará a ter vigência.

Essa alternativa socialista de Mészáros implica na regulação pelos próprios produtores das metas do processo de trabalho, com eliminação dos planos impostos de cima; a distribuição da força de trabalho e dos bens produzidos se fará por consenso coletivo, afastando tanto a prepotência do poder político quanto a anarquia do



mercado. Segundo sua perspectiva, os produtores serão motivados por incentivos morais e materiais; os membros da sociedade assumirão responsabilidades voluntárias no exercício de suas funções, suprimindo a irresponsabilidade institucionalizada, própria de todas as variedades do capital (*apud* GORENDER, 2003, p 7).

Uma questão importante, a nosso ver, que Meszáros coloca nesta obra, é uma crítica acertada das utopias marxianas acerca da sociedade socialista, em particular, aquelas que se referem à messiânica atribuição ao proletariado da missão histórica da auto-redenção, com simultânea redenção da humanidade. Só a título de ilustração, lembramos que esta questão também é trabalhada por CASTORIADIS (1979). Esse último autor tece uma crítica sobre a tão propalada missão, que denomina de a-histórica, mítica e pré-estabelecida, que Marx e os marxistas direcionam à classe proletariada, a saber, de romper com as relações capitalistas de produção, e questiona se o colapso da sociedade capitalista realmente se dará no socialismo. A questão central de Castoriadis neste texto: “Dúvidas na história das lutas operárias”, é mostrar a importância do fazer processual e da ação política da classe operária que também luta implicitamente contra o capitalismo, desmontando-o e corroendo-o por dentro. Sobre a valorização do fazer operário, enxergando-os enquanto sujeitos políticos atuantes e como atores sociais, e sobre a importância de vermos a luta da classe trabalhadora em movimento, que pode se expressar sob múltiplas dimensões, inclusive contra opressões específicas dentro do capitalismo, também escreve Weffort, em “Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968” (1971), e em “Sindicatos e Política” (1975) (*apud* PAOLI; SÁDER; TELLES, 1984, p.148-149).

Retornando à questão primeira de Meszáros, lembramos uma entrevista que o autor concedeu ao *Caderno Mais* da Folha de São Paulo, em 9 de junho de 2002. Perguntado sobre a distinção “capital” e “capitalismo”, o autor enuncia que o capital não poder ser derrubado/abolido, como se imagina frequentemente, nem se pode abolir o Estado e o trabalho enquanto tais. Para ele, só o capitalismo pode ser derrubado/abolido, e mesmo isso apenas em bases estritamente temporárias, pois a ordem pós-capitalista permanece exposta ao perigo da restauração, se o necessário trabalho de erradicação não for perseguido desde o início, em todas as dimensões da produção e reprodução, desde funções metabólicas imediatamente materiais até aspectos culturais mais mediados envolvidos nos intercâmbios individuais e sociais.

Quanto à relação ciência e técnica no sistema de comando do capital, Meszáros entende que, de fato, a superação/erradicação do capital é impensável sem a superação da divisão hierárquica do trabalho social. Vemos, mais uma vez aqui, para o autor, que esta não pode ser simplesmente abolida, nem mesmo por medidas políticas imbuídas das mais sinceras intenções, enquanto não encontrarmos alternativas viáveis para as práticas sociometabólicas herdadas, agora

reidificadas nas bem conhecidas formas de dominação e subordinação.

Segundo Meszáros (*apud* NOBRE, 2002, p.12), muito da chamada “complexidade” no sistema capitalista, ou seja, a falta de transparência de suas interações produtivas e distributivas, deve-se à necessidade de ocultar, não apenas dos capitalistas que competem entre si, mas, muito mais importante, do seu antagonista social: o trabalho, o que não deveria ser ocultado de maneira alguma em uma ordem reprodutiva organizada racionalmente. Na teoria de Meszáros, “dominar a complexidade” é, portanto, o mesmo que retomar o controle do processo de reprodução social. Esconder-se por trás de um conceito de complexidade “socialmente neutro”, em nome de “nossa ciência e tecnologia”, é obviamente fugir ao problema.

A proposição de Meszáros, que segue, nos permite fechar o presente artigo com a sensação imediata de missão cumprida, dado a complexidade que é falar sobre propostas de intervenção na relação trabalho/globalização na Sociologia de hoje. Para o referido autor, “...com relação à grande tarefa histórica da superação do capital como um modo de controle sociometabólico que tudo engloba, temos que enfrentar um processo, em curso, de erradicação e reestruturação, paralelo à transformação bem sucedida das funções reprodutivas do sistema **em alternativas com sentido e humanamente realizáveis.**” (*apud* NOBRE, 2002, p.13). Grifo nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE FILHO, Francisco Antonio. **Trabalho, a expressão fundante da humanização.** Estudos Leopoldenses. Série Ciências Humanas, v.35, n.156, p.29-42, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. **Navta Pei**, ano 1, n.1, p.8-14, fev. 1996.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 4.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAUJO, Cícero. **O fim do capitalismo.** Discurso editorial USP/Unesp/UFMG/Unicamp. Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas, 13 de setembro de 2003. Folha Especial, p.7.
- BERTOLINO, Osvaldo. A crise do trabalho. **Princípios**, n.46, agosto a outubro de 1997, p.19 a 22.



CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. Dúvidas na história das lutas operárias. **Revista Oitenta**, v.1, nov./dez. de 1979, p.107 a 134.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: _____. *et. al.* **Gramsci: o outro.** São Paulo: Xamã, 1998, p.9-80.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, p.11-22, jul./dez. 2002.

FRANCO, Tânia. Karoshi: o trabalho entre a vida e a morte. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.141-161, jul./dez., 2002;

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Gaudêncio. Prefácio. In: RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e Identidade dos trabalhadores.** São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

GORENDER, Jacob. **Capitalismo Pós-capitalista.** Discurso editorial USP/Unesp/UFGM/Unicamp. Folha de São Paulo, 8 de fevereiro de 2003. Folha Especial, p.7.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Farewell to the working class.** Londres: S/Editora, 1982.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; PRETECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica. O debate das Ciências Sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 47-80, jul./dez. 2002.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Estudos del Trabajo**, ano 4, n.7, 1998, p.5-27.

HUMPHREY, J. Japanese production management and labour relations in Brazil. **Journal of development studies**, 30 (1), 1993.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. **Revista Estudos Avançados**, n. 8 (21), 1994.

_____. Matáforas da globalização. **Caderno Idéias**, Campinas, n.1 (1): 7-21, jan./jun., 1994.

MARX, Karl. **O capital.** (Crítica da Economia Política). Livro 1, v.1, (parte quarta), 1980.

MARX, M.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MESZAROS, Istvan. **Para além do capital.** (Tradução de Paulo César Casta-



- nheira e Sérgio Lessa). Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- NOBRE, Marcos. Democracia por subtração. Caderno Mais!: **Marx contra Marx**, Folha de São Paulo, 9 de junho de 2002.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da Sociologia? **RBCS**, n.10, v.4, junho de 1989, p.6-20.
- PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico**. Revista Brasileira de História: ANPUH, Editora Marco Zero, 1984.
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- RUDIGER, Dorothee Susanne. Globalização, justiça social e emancipação: um debate na perspectiva do direito do trabalho. **Impulso**, 14 (33): 41-55, Piracicaba, 2003.
- RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.
- SILVA, Elizete Conceição. **Tempo produtivo: reconstruindo identidades**. Londrina, 2002. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, UEL).
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.
- TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- TOURAINÉ, Alex. **Anti-nuclear reaction or anti-nuclear movement?** Paris: S/Editora, 1981.